

## nara Municipal de Conselheiro Lafaiete

O E ATENDIMENTO AO CIDADÃO – CAC OUVIDORIA PÚBLICA DO LEGISLATIVO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

LAFAIETE – MG	
	VIA: SECRETARIA
Número de ordem no CAC: <u>058/2024</u> FALA.BR – NUP:	2
Tipo de manifestação: <b>ANÔNIMO</b>	
Vem à presença de Vossa Excelência apresentar o (a) seguinte:	
SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS	
Referente a: Saúde	
Subassunto: Assitência Odontológica.	
Nome:	
Endereço:	
CEP:	
Município:	
Telefone:	
E-mail:	
Senhor presidente,	
Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, I, da Resolução nº4, de 5 de setembro de 2008, que criou na estrutura da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete a Ouvidoria Pública do Legislativo, encaminho demanda apresentada no Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão, conforme anexo, para as providências cabíveis.	
Respeitosamente, Conselheiro Lafaid	ete, 22 de fevereiro de 2024.
Tayrone Ernesto dos Santos	
<ul> <li>Responsável pelo registro da manifestação —</li> </ul>	

Anderson Henriques Ferreira - Coordenador do CAC -



## MANIFESTAÇÃO ANÔNIMA

SEUS DADOS PESSOAIS NÃO SERÃO DIVULGADOS

MANIFESTAÇÃO ANÔNIMA

Estou ciente que não sera possível acompanhar o andamento dessa manifestação pelo fato de ser anonima. Caso queira acompanhar o andamento faça uma Manifestação Identificada, más com impedimento de divulgação dos dados pessoais.

Qual é o tipo de de manifestação?

e Denuncia:

## Cidadão, faça a sua manifestação no campo abaixo:

É PRECISO QUE O LEGISLATIVO FISCALIZE O QUE VEM ACONTECENDO NO SETOR DE ODONTOLOGIA DA PREFEITURA DE LAFAIETE E COM URGÊNCIA.

EXISTEM PROFISSIONAIS QUE SÃO CONCURSADOS PARA TRABALHAR NA ESF E NÃO ESTÃO TRABALHANDO EM NENHUMA ESF E MESMO ASSIM FIZERAM PROCESSO SELETIVO PARA ESF E AINDA JÁ FORAM CONVOCADOS. SE O PROFISSIONAL JÁ É CONCURSADO, MAS NÃO TRABALHA NO CARGO QUE TOMOU POSSE, PORQUE FAZER PROCESSO SELETIVO PARA O MESMO CARGO E AINDA SER CONVOCADO NA FORMA DE CONTRATO?

ONDE ESTÁ O CUMPRIMENTO DE ALGUNS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA? SÃO IRREGULARIDADES QUE O LEGISLATIVO PRECISA INVESTIGAR, POIS COMO REPRESENTANTES DO POVO TÊM OBRIGAÇÃO DE AGIR EM PROL DO USO DO DINHEIRO PÚBLICO DE FORMA LEGAL. OBRIGADA PELA ATENÇÃO.